

Solução pela Ética

O governo desmentiu a cogitação de um acordo nacional para a prefixação de preços e salários, mas a aceleração da inflação nas últimas semanas, com ameaça de ultrapassar a faixa de 30%, pede medidas capazes de interromper a inércia inflacionária que, através da correção monetária, fixa sempre para cima a taxa do mês seguinte.

Uma das primeiras providências corretivas foi autorizar a importação de produtos para conter a escalada de preços dos alimentos, remédios e artigos de higiene e limpeza, que são provenientes de forte estrutura oligopolizada, nos quais as empresas líderes impõem seus preços ao mercado. Nos últimos 30 dias, esses produtos subiram em média, para o comércio, mais de 30%, chegando a 35% a alta nos preços dos artigos de higiene e limpeza.

As primeiras evidências em relação à movimentação de preços por parte dos oligopólios revelam que as remarcações das tabelas estaria embutindo um movimento especulativo de precaução quanto a eventuais medidas intervencionistas do governo no mercado. Na eventualidade de um congelamento de preços, as novas tabelas dariam suficiente margem de lucro às indústrias nas vendas ao comércio, e deste ao consumidor.

Os dirigentes de supermercados e das indústrias de alimentos, recentemente convocados pelo ministro da Fazenda, Paulo Haddad, para explicar a disparada dos preços, disseram ter havido simplesmente o cancelamento dos descontos das tabelas anteriores. A explicação não convence: os descontos também foram feitos com base numa tabela de remarcação preventiva para enfrentar um congelamento que se julgava iminente após o afastamento provisório do ex-presidente Collor.

Aceitar essa explicação equivaleria a legitimar, do ponto de vista ético e moral, qualquer manobra de prevenção da indústria e do comércio contra planos econômicos. Ainda agora, diante da queda das vendas em pleno verão, as indústrias de bebidas estão voltando a vender para o comércio com o desconto de 15% concedido até dezembro, na tentativa de reduzir os estoques e fugir aos altos

custos financeiros. O presidente do sindicato do comércio de gêneros alimentícios de São Paulo, Wilson Tanaka, espera que outros segmentos sigam o exemplo, devido à retração dos consumidores, afrontados em seu poder de compra.

Há muitas justificativas de empresários e economistas para a disparada dos preços, que vão do repasse de custos inflacionários à atualização monetária dos preços dos estoques. Nenhuma, porém, vai ao cerne da questão: todos querem o reconhecimento no meio empresarial pela antecipação a uma eventual atitude do governo. Ou seja, todas pecam por deixar de lado a responsabilidade ética e social do empresário.

Um bom exemplo do correto enfoque empresarial em relação ao mercado e às advertências do governo acaba de vir dos Estados Unidos, depois da posse do governo Clinton. Em resposta às críticas do presidente ao abuso no reajuste dos preços dos remédios (uma das causas do rombo do sistema de saúde americano), os principais laboratórios do país, reconheceram que haviam se excedido, remarcando os preços duas ou três vezes acima da inflação entre 1988 e 91, e decidiram, a partir deste ano, aumentar os remédios abaixo da inflação.

As condições objetivas da economia americana são diferentes. Lá, existe uma efetiva concorrência interna, os produtos importados exigem permanente esforço de melhoria de qualidade e preço pelo produtor nacional (embora venham aumentando as medidas protecionistas) e, apesar do déficit público, o governo não interfere tanto como no Brasil.

Mas, não custaria nada ao Brasil se as classes empresariais compreendessem o amplo sentido ético que precisa prevalecer nas relações entre produtores e consumidores nas economias de mercado. Sem a restauração da ética nas relações políticas, empresariais ou entre indivíduos, não haverá acordo político ou plano econômico capaz de reconduzir o país à estabilidade política, econômica e social.